

## **EDITAL Nº 10/2025 – GAB/SED**

*Estabelece diretrizes para matrícula no Ensino Infantil e Ensino Fundamental das Unidades Escolares da rede pública municipal de ensino de Balneário Camboriú/SC para o ano letivo de 2026.*

O município de Balneário Camboriú, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, estabelece por meio deste edital as diretrizes gerais para a execução de matrícula nas Unidades Escolares, conforme Lei Federal nº 13.845, de 18 de junho de 2019; Lei Federal nº 13.146, de 06 de julho de 2015; Lei Federal nº 12.796, de 04 de abril de 2013, Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990; Lei Ordinária Municipal nº 4.079, de 29 de novembro de 2017; Lei Municipal nº 2.505, de 09 de novembro de 2005; Lei Municipal nº 1.069, de 09 de julho de 1991; Resolução nº 02, de 01 de novembro de 2017 e Resolução nº 01, de 09 de março de 2021, do Conselho Municipal de Educação/CONSEME, Lei Municipal nº 4.756, de 16 de junho de 2023 e Lei Federal 14.851/2024.

O acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, obrigatório e gratuito para todas as crianças e adolescentes que se encontram em idade escolar, inclusive os que não tiveram acesso à educação na idade certa.

### **1. CARACTERIZAÇÃO DA CLIENTELA**

A Secretaria Municipal de Educação ofertará vagas para matrícula em Unidade Escolar da rede pública de ensino, de acordo com os seguintes critérios:

- a) Indispensável para a efetivação da matrícula e inscrição no programa Fila Única ser o(a) aluno(a) residente no município de Balneário Camboriú/SC;
- b) Na Educação Infantil (Creche - 0 à 3 anos), a inclusão da criança é determinada pela sua data de nascimento, considerando-se como data de corte o dia 31 de março. Com base nessa data, a criança será alocada em uma das turmas listadas no Anexo I.
- c) Ter o(a) aluno(a) 4 (quatro) anos completos ou a completar até 31 de março do ano de ingresso no Ensino Infantil (Pré escola);
- d) Ter o(a) aluno(a) 6 (seis) anos completos ou a completar até 31 de março do ano de ingresso no Ensino Fundamental;

- e) Ter o(a) aluno(a) 15 (quinze) anos completos para a Educação de Jovens e Adultos, não ter concluído o ensino fundamental e/ou não ser alfabetizado.
- f) O local de matrícula respeitará o zoneamento, em relação a residência. **Com exceção para as unidades C.E.M. Governador Ivo Silveira e N.E.I. São Judas Tadeu que atenderão independente de zoneamento, por serem atualmente as únicas unidades com atendimento em período integral.** Em caso de indisponibilidade de vaga, a matrícula se efetivará em outra Unidade Escolar próxima da residência.
- g) Terá direito a inscrição no Programa Fila Única, bem como matrícula, de acordo com a ordem de inscrição, os filhos de funcionários públicos municipais efetivos de Balneário Camboriú, ainda que residente em outro Município, conforme previsto no Art. 179 do Estatuto do Servidor Público do Município de Balneário Camboriú.

## 2. PROGRAMA FILA ÚNICA (CRECHE - 0 A 3 ANOS)

### 2.1. DAS INSCRIÇÕES

- a. O encaminhamento para matrícula de crianças de 0 a 3 anos em Núcleo de Educação Infantil ou Instituição de Educação Infantil conveniada ao poder público fica condicionado à prévia inscrição no Programa Fila Única.
- b. As inscrições são realizadas ao longo do ano letivo no setor de vagas, na sede da Secretaria de Educação, Centro de Treinamento Comunitário e também na Subprefeitura da Região Sul.
- c. Da inscrição, obrigatoriamente, se extrairá comprovante de inscrição que constará, no mínimo, nome da criança, nome do responsável legal, data, hora, minuto e segundo da inscrição. Neste comprovante encontram-se listados os documentos obrigatórios que devem ser apresentados para a retirada do encaminhamento no momento da convocação e o endereço eletrônico onde serão publicadas as convocações.
- d. A inscrição realizada no Programa Fila Única da Educação Infantil de Balneário Camboriú **não é garantia de vaga**, mas por meio dela os inscritos

- serão convocados para o preenchimento das vagas existentes e comprovação da documentação, conforme os critérios estabelecidos neste Edital.
- e. A inscrição realizada no Programa Fila Única da Educação Infantil de Balneário Camboriú é distribuída por zoneamento, a fim de garantir a efetivação da matrícula em uma das unidades escolares que mais atenda a necessidade da família, dentro da disponibilidade de vagas, nos termos do Art. 2º, inciso II da Lei Municipal nº 4.366, de 20 de dezembro de 2019.
  - f. O período de inscrição no Programa Fila Única obedece o calendário escolar para o exercício do ano letivo, **sendo que, do período do fim do recadastramento no Fila Única (30 de outubro de 2025, conforme item 2.4) até o término do ano letivo não serão realizadas novas inscrições.**
  - g. Os Pais ou Responsável Legal que desejarem efetuar mudança de turno da inscrição no Programa Fila Única, deverão comparecer ao Setor de Vagas na Secretaria de Educação, no Centro de Treinamento Comunitário ou na Subprefeitura da Região Sul para realizar o cancelamento da inscrição anterior e realização de nova inscrição.
  - h. As vagas de Educação Infantil em **período integral** para atendimento de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos são destinadas às crianças cujos pais ou responsáveis legais comprovem documentalmente que todos os membros integrantes do núcleo familiar, atendem os termos da decisão proferida pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina no Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas n.0025410-61.2016.8.24.0000. A efetiva necessidade consiste na prova de que nenhum integrante do núcleo familiar, civilmente capaz, tenha condições de assumir os cuidados da criança no contraturno escolar (período matutino ou vespertino) e/ou a família possua renda per capita de até dois salários mínimos, considerando valores recebidos por todos os membros da família (maiores de 18 anos) residentes do mesmo imóvel e valores recebidos referentes a pensão alimentícia.
  - i. **Esta comprovação será necessária também em todos os períodos de rematrícula na unidade escolar, sendo necessário a apresentação de documentos comprobatórios atualizados, para a permanência do aluno**

**em período integral. No caso da falta de comprovação, a matrícula será remanejada para o período parcial (matutino ou vespertino), de acordo com a escolha da família.**

## **2.2. PRIORIDADE DE ATENDIMENTO PARA O PERÍODO INTEGRAL E PARCIAL**

Terá prioridade de atendimento, nos termos das leis:

- a. **Lei Federal nº 13.146, de 06 de julho de 2015**, a criança com atraso de desenvolvimento neuropsicomotor, deficiências e Transtorno de Espectro Autista - TEA.
- b. **Lei nº 13.882, de 08 de outubro de 2019** - crianças cuja mãe e/ou representante legal é vítima de casos de violência contra a mulher.
- c. **Lei Municipal nº 4.366, de 20 de dezembro de 2019** - crianças que estejam inseridas em serviços de acolhimento familiar ou institucional do Município de Balneário Camboriú;
- d. **Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990**, - Crianças em situação de risco (entende-se a condição de crianças que por suas circunstâncias de vida estão expostas a violências, ao uso de drogas e a um conjunto de experiências relacionadas às privações de ordem socioeconômicas). Famílias acompanhadas pelos serviços continuados do CRAS e CREAS de Balneário Camboriú. Mediante parecer técnico e/ou Relatório situacional emitido pela equipe que acompanha a família. Beneficiários do Programa Bolsa Família, BPC (Benefício de prestação continuada) e/ou programas de transferência de renda.
- e. **Pais ou responsáveis menores de 18 anos regularmente matriculados no Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos**, cuja comprovação dar-se-á pela apresentação de atestado de frequência atualizado.

Obs: As prioridades previstas no item 2.2 devem ser comprovadas através

de documentação emitida por profissionais e órgãos competentes.

### **2.3. DA CLASSIFICAÇÃO**

O atendimento do inscrito no Programa Fila Única para o provimento de matrícula em Núcleo de Educação Infantil e Unidades Educacionais gerida pela iniciativa Particular/Conveniada à Rede Municipal, **dar-se-á pela ordem cronológica de inscrição, pela distribuição por zoneamento**, podendo ser convocado para núcleos municipais ou conveniados, respeitando a distância máxima de 5 quilômetros do endereço de residência cadastrado no ato da inscrição, visando distribuir proporcionalmente a demanda por vaga na Rede de Ensino Infantil.

### **2.4. DO RECADASTRAMENTO/ ATUALIZAÇÃO DE CADASTRO**

As famílias que realizaram inscrição até o dia **10 de outubro de 2025** e não foram contempladas com a vaga, **deverão comparecer** à Secretaria Municipal de Educação para realizar a atualização de cadastro no Programa Fila Única, no período de **13 a 30 de outubro de 2025**, das **8:00 às 17:00 horas** ou Subprefeitura da Região Sul, das **8:00 às 18:00**.

Aqueles que não comparecerem no prazo previsto, **o cadastro será automaticamente excluído do Programa Fila Única**, assegurado o direito de nova inscrição no ano letivo de 2026.

### **2.5. DA CONVOCAÇÃO, MATRÍCULA, POLO DE FÉRIAS E DISPONIBILIDADE DE VAGAS**

As Convocações e triagem de documentos para as crianças de zero a três anos, onze meses e vinte e nove dias (Berçário I à Maternal II), ocorrerão de acordo com a disponibilidade de vagas, obedecendo a ordem cronológica de

inscrição no Programa Fila Única, considerando as prioridades de atendimento, sendo feitas através de publicação no site da Prefeitura, no mural de editais da Secretaria de Educação, no Centro de Treinamento Comunitário e Subprefeitura da Região Sul e nos Núcleos de Educação Infantil do município.

Os Pais ou Responsável Legal, após a convocação deverão comparecer no prazo de dois dias, conforme datas constantes na convocação, na sede da Secretaria Municipal de Educação de Balneário Camboriú, localizada na rua Dom Miguel 680, bairro Vila Real, no Centro de Treinamento Comunitário, localizado na Rua Itália, 1059, bairro das Nações ou na sede da Subprefeitura da Região Sul, localizada na rua Emanuel Rebelo dos Santos, 1079, bairro da Barra, de acordo com o indicado na convocação, o não comparecimento dentro do prazo determinado, assim como a recusa da vaga destinada acarretará **perda da vaga e exclusão do programa Fila Única**, tendo direito a uma nova inscrição a partir da data do declínio.

Após retirar o encaminhamento nos locais indicados na convocação, os Pais ou Responsável Legal terão prazo de 2 (dois) dias úteis para comparecer no Núcleo de Educação Infantil destinado e efetivar a matrícula com todos os documentos listados no encaminhamento, não se contabilizando como dia útil o período de recesso escolar. Em caso de não realização da matrícula no prazo estabelecido, o encaminhamento perderá a validade, sendo necessária uma nova inscrição no Programa Fila Única.

A convocação dos Pais ou Responsável Legal e demais orientações para a matrícula da criança são de responsabilidade exclusiva da Secretaria Municipal de Educação. As crianças encaminhadas após o recadastramento **para o Berçário I, Berçário II, Maternal I, Maternal II e Jardim I para o próximo ano letivo**, terão o direito de frequentar o Núcleo de Educação Infantil a partir do início do próximo ano letivo, conforme calendário escolar, **sem direito a frequentar eventual polo de férias, realizada durante o mês de janeiro**.

No ato da matrícula para as crianças de **Berçário I**, Pais ou Responsável Legal que apresentarem a licença maternidade/Paternidade, a criança poderá permanecer vinculada à Unidade Escolar até o término da licença apresentada.

A criança que não frequentar o Núcleo de Educação Infantil após a

efetivação de matrícula, durante 10 (dez) dias consecutivos sem justificativa, perderá o direito à vaga. Podendo, caso queira, efetuar novamente o cadastro no Programa Fila Única.

### **3. Ensino Infantil (Pré-escola - 4 e 5 anos) e Ensino Fundamental**

#### **3.1. Da Rematrícula**

A rematrícula é de responsabilidade dos Pais ou Responsável Legal;

- a) A rematrícula deverá ser efetuada no período estabelecido no calendário escolar, de 03 a 14 de novembro de 2025, diretamente na unidade escolar em que o aluno está matriculado;
- b) Haverá um período de **registro de intenção de matrícula** para o 1º ano na C.E.M. Governador Ivo Silveira e para o Jardim I no N.E.I. São Judas Tadeu, por se tratarem de unidades com atendimento em período integral, e não exigirem critério de zoneamento para o atendimento.

Os responsáveis devem entregar a documentação completa para análise, nas unidades escolares (C.E.M. Governador Ivo Silveira ou N.E.I. São Judas Tadeu) de **03 a 07 de novembro**. As unidades deverão analisar estes documentos, conforme critérios do presente edital, no período entre **10 a 14 de novembro**. As vagas serão preenchidas de acordo com as prioridades legais descritas no edital. Após isso, as unidades escolares entrarão em contato para informar se a matrícula foi aprovada ou não. Aqueles que não puderem ser atendidos nas unidades citadas poderão buscar vagas nas unidades dentro do seu zoneamento.

- c) Para as crianças matriculadas no 5º ano das unidades particulares conveniadas e no CEM Dona Lila, estes que não ofertam a etapa de ensino seguinte, o prazo de matrícula será de 17 a 21 de novembro de 2025, presencialmente nas unidades escolares municipais dentro do seu zoneamento;

- d) Para as crianças matriculadas na turma Maternal II em 2025 nas unidades municipais que não atendem a etapa de ensino seguinte e particulares conveniadas que irão para o Jardim I, na rede municipal, o período de matrícula será de 17 a 21 de novembro de 2025, presencialmente na unidade escolar dentro do seu zoneamento;
- e) Para as crianças matriculadas na turma Jardim II em 2025 nas unidades municipais que irão para o 1º ano na rede municipal, o período de matrícula será de 17 a 21 de novembro de 2025, presencialmente na unidade escolar dentro do seu zoneamento;
- f) A rematrícula está condicionada ao preenchimento da ficha de atualização de cadastro, apresentação de comprovante de residência atualizado (emitido nos últimos três meses) – conforme estabelecido no item 4 deste edital, apresentação da Declaração Vacinal atualizada (validade 90 dias) e mediante assinatura da Ficha de Matrícula pelos Pais ou Responsável Legal diretamente na unidade escolar em que o aluno está matriculado.
- g) Quando não houver a rematrícula dentro do prazo estabelecido o aluno perde o vínculo com a unidade escolar, podendo realizar uma nova matrícula no prazo estabelecido para novos alunos, não sendo garantido a matrícula na mesma unidade escolar ou no turno anteriormente matriculada.

### 3.2. Da Matrícula Nova

A efetivação da matrícula para **Ensino Infantil (Pré-escola - 4 e 5 anos) e Ensino Fundamental** de novos alunos será realizada pelos responsáveis presencialmente na unidade escolar de seu zoneamento, mediante a **apresentação da documentação exigida** e a **assinatura da Ficha de Matrícula** pelos Pais ou Responsável Legal. **Com exceção das matrículas na unidade conveniada C.E. Vianna de Carvalho**, para a faixa etária Pré-escola - 4 e 5 anos, representadas pelas turmas Jardim I e Jardim II, estas matrículas deverão exclusivamente ser realizadas presencialmente no Setor de Vagas (Secretaria de Educação, Centro de Treinamento Comunitário ou Subprefeitura da Região Sul) pelo responsável.

- É de responsabilidade dos **Pais ou Responsável Legal** a entrega da documentação necessária, presencialmente, na Unidade Escolar.



- A conferência dos documentos e a vinculação do aluno no sistema são responsabilidades da **Unidade Escolar**.

O primeiro período para matrícula de novos alunos para o ano letivo de 2026 será de **24 a 28 de novembro de 2025**, de forma presencial diretamente nas unidades escolares.

Os responsáveis que não efetuarem a matrícula dentro desse prazo poderão, de forma presencial, diretamente nas unidades escolares, realizá-la:

- **No segundo período de matrícula: de 02 e 03 de fevereiro de 2026;**
- **Ao longo do ano letivo de 2026**, a partir de **09 de fevereiro**, desde que haja vaga disponível na unidade escolar desejada, respeitando a oferta de turno.

### **3.3. Do acesso à Educação de Jovens e Adultos**

A Educação de Jovens e Adultos – EJA é uma modalidade da Educação Básica destinada a jovens, adultos e idosos, com 15 anos completos ou mais, que não tiveram acesso e/ou não concluíram o Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano).

É assegurada a oferta de EJA para aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos na idade própria, considerando o direito à educação com equidade, respeitando as trajetórias escolares dos sujeitos.

Atualmente o atendimento a esta modalidade acontece no CEJA - Deputado Doutel de Andrade (Centro de Educação de Jovens e Adultos) de Balneário Camboriú, que fica localizado na Rua 3020, nº 160, Centro. As matrículas são realizadas ao longo de todo ano letivo, respeitando o calendário escolar do município.

Poderão ser matriculados na modalidade EJA aqueles:

- I – A partir de 15 (quinze) anos e que apresentem histórico de defasagem idade-série no Ensino Fundamental (1º ao 9º ano);
- II – Que demonstrem histórico de abandono, repetência sucessiva ou permanência prolongada nas mesmas etapas de ensino, dificultando sua progressão regular.

A documentação necessária para a matrícula a ser considerada está listada no item 4.2 do presente edital. Caso não seja possível a apresentação do

comprovante de escolaridade, poderá ser realizada uma avaliação de classificação para determinar em qual etapa o aluno deverá ser inserido.

#### **4. DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA**

##### **4.1. Documentos necessários para inscrição no Programa Fila Única**

##### **4.1.1. Para o turno parcial (matutino ou vespertino)**

- Certidão de nascimento ou documento de identidade da criança;
- CPF da criança;
- Declaração Vacinal atualizada do(a) aluno(a) emitida pelo Posto de Saúde (validade 90 dias). Aqueles impossibilitados de apresentar no ato da matrícula a declaração atualizada, deverão assinar um termo de responsabilidade com o comprometimento de regularização em 30 dias (Anexo II);
- Laudo médico ou de restrição alimentar, emitido por profissionais e órgãos competentes, quando couber;
- Documento de Identidade e CPF dos Pais ou Responsável Legal;
- Declaração de guarda emitida pelo Juizado da Infância e Juventude para crianças que convivem com Responsável Legal;
- Comprovante de residência (**água, luz ou IPTU**) atualizado (emitido nos **últimos três meses**) no nome dos Pais ou Responsável Legal, ou;
- Declaração de residência (emitido **nos últimos três meses**) autenticada em cartório pelo proprietário do imóvel acompanhada de comprovante atualizado (emitido nos últimos três meses) de residência (**água, luz ou IPTU**); ou;
- Contrato de locação dentro da validade, autenticado em cartório pelo proprietário do imóvel, acompanhado de comprovante atualizado (emitido nos **últimos três meses**) de residência (**água, luz ou IPTU**);

**Obs: O reconhecimento da assinatura em cartório pode ser substituído pela assinatura digital.**

Em caso de dúvida ou impossibilidade de apresentação quanto à documentação de residência do(a) aluno(a), a Secretaria Municipal de Educação poderá efetuar visita ao local para comprovação, desta visita será gerado um

protocolo com a confirmação do endereço, com validade de 90 dias, carimbado e assinado pelo setor de vagas.

Poderá ser emitido parecer técnico e/ou Relatório situacional (validade de 90 dias) enviado pela equipe que acompanha a família no CRAS ou CREAS informando o endereço de residência.

#### **4.1.2. Para o turno integral**

Deverão apresentar também os seguintes documentos:

- **Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS)** atualizada dos responsáveis legais, apresentando original e cópia da folha com registro do contrato de trabalho vigente;
- **Declaração emitida pelo empregador** ou pelo profissional liberal/autônomo, trabalhador informal/eventual constando o horário de efetivo trabalho com registro em cartório;
- **Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica**, quando houver;
- **Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física completa** (inclusive com o Recibo de Entrega), dos responsáveis legais, quando disponível;
- **Profissionais autônomos ou profissionais liberais:** Guia de recolhimento do INSS ou guia de recolhimento do ISS – Imposto Sobre Serviços que comprove a regularidade da atividade exercida, quando disponível;
- Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), cópia das páginas de identificação do trabalhador, último contrato de trabalho e página seguinte em branco;
- Declaração informando tipo de atividade que exerce, o local, renda média mensal, constando o horário de efetivo trabalho com registro em cartório;

Obs: Será anulada a inscrição, bem como a matrícula que for realizada com apresentação de documentação falsa ou adulterada, ficando o responsável passível das penas que a lei determina.

**O reconhecimento da assinatura em cartório pode ser substituído pela assinatura digital.**

#### **4.1.3. Critérios para atendimento em período integral**

- As vagas de Educação Infantil em período integral para atendimento de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos são destinadas às crianças cujos pais ou responsáveis legais comprovem documentalmente a efetiva necessidade de todos os membros integrantes do núcleo familiar, nos termos da decisão proferida pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina no Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas n.0025410-61.2016.8.24.0000.
- A efetiva necessidade, consiste na prova de que nenhum integrante do núcleo familiar, civilmente capaz, tenha condições de assumir os cuidados da criança no contraturno escolar (período matutino ou vespertino).
- Será considerado o limite de renda per capita de até dois salários mínimos, com a devida comprovação.
- Os valores recebidos por todos os membros da família (maiores de 18 anos) residentes do mesmo imóvel serão considerados, incluindo valores recebidos referentes a pensão alimentícia.
- A documentação apresentada deverá estar em consonância com o item 6 do presente edital.
- **A partir de 2026, esta comprovação será necessária também em todos os períodos de matrícula na unidade escolar, sendo necessário a apresentação de documentos comprobatórios atualizados**, para a permanência do aluno em período integral. No caso da falta de comprovação, a matrícula será remanejada para o período parcial (matutino ou vespertino), de acordo com a escolha da família.

#### **4.2. Documentos necessários para matrícula Ensino Infantil (Pré escola), Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA).**

Para efetivação da matrícula é necessária a apresentação dos seguintes documentos (originais com cópias):

- Comprovante de escolaridade (ano/série) do(a) aluno(a) com carimbo e assinatura (Atestado de Matrícula ou Atestado de Frequência);
- Histórico Escolar do(a) aluno(a) a ser entregue no prazo de 30 (trinta) dias após efetivação de matrícula;
- Certidão de nascimento ou documento de identidade do(a) aluno(a);
- CPF do(a) aluno(a) e dos Pais ou Responsável Legal;
- Laudo médico, emitido por profissionais e órgãos competentes, quando couber;
- Declaração Vacinal atualizada do(a) aluno(a) emitida pelo Posto de Saúde (validade 90 dias). Aqueles impossibilitados de apresentar no ato da matrícula a declaração atualizada, deverão assinar um termo de responsabilidade com o comprometimento de regularização em 30 dias;
- Documento de Identidade dos Pais ou Responsável Legal;
- Comprovante de residência (água, luz ou IPTU) atualizado (emitido nos últimos três meses) no nome dos Pais ou Responsável Legal, ou;
- Declaração de residência (validade 90 dias) autenticada em cartório pelo proprietário do imóvel acompanhada de comprovante atualizado (emitido nos últimos três meses) de residência no nome do declarante (água, luz ou IPTU), ou;
- Contrato de locação dentro da validade, autenticado em cartório pelo proprietário do imóvel, acompanhado de comprovante atualizado (emitido nos **últimos três meses**) de residência (água, luz ou IPTU), ou;
- Relatório de acompanhamento, relatório situacional, emitido pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS ou CREAS).
- Declaração de guarda emitida pelo Juizado da Infância e Juventude para alunos(as) que convivem com Responsável Legal.

**Obs: O reconhecimento da assinatura em cartório pode ser substituído pela assinatura digital, emitida pelo sistema gov.br ou similares.**

Em caso de dúvidas ou impossibilidade de apresentação da documentação de residência do(a) aluno(a), a Secretaria Municipal de Educação poderá efetuar visita ao local para comprovação.

A matrícula será cancelada se houver adulteração de informações ou apresentação falsa de documento particular, com propósito de alterar a verdade dos fatos para obter vantagem indevida, conforme o Art. 299 do Código Penal Brasileiro:

*Art. 299. Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:  
Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.*

#### **4.2.1. Histórico Escolar de aluno(a) proveniente de países que fazem parte do Mercosul**

O Histórico Escolar deve obedecer o disposto no Decreto nº 10.092, de 06 de novembro de 2019, que *“Promulga o Protocolo de Integração Educativa e Reconhecimento de Certificados, Títulos e Estudos de Nível Primário/Fundamental/Básico e Médio/Secundário entre os Estados Partes do Mercosul e Estados Associados, firmado pela República Federativa do Brasil, em San Juan, em 2 de agosto de 2010.”* (ANEXO V).

([https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/d10092.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d10092.htm))

### **5. TRANSFERÊNCIA ESCOLAR ENTRE UNIDADES MUNICIPAIS**

A transferência opcional se refere àquela em que a família da criança tem interesse pela matrícula em um núcleo/escola diferente da matrícula atual.

O período de realização da transferência opcional ocorre durante o ano letivo, em conformidade com o Calendário da Secretaria Municipal de Educação.

**Pedidos de transferência para o ano letivo 2026, poderão ser registrados a partir de 19 de janeiro de 2026, presencialmente no setor de vagas.**

Obs: Para realizar a solicitação de transferência de crianças de zero a três anos, onze meses e vinte e nove dias (Berçário I à Maternal II) para outros Núcleos de interesse é necessário que a criança esteja frequentando no mínimo 30 dias no núcleo ao qual a vaga foi deferida inicialmente, **exceto nos casos de**

**encaminhamento para unidades conveniadas, ou em que o encaminhamento foi para uma unidade onde a distância excede os 5 km, nestes casos a solicitação de transferência poderá ser realizada no momento da retirada do encaminhamento, independentemente do período de frequência.**

O pedido de transferência para a Pré-escola (4 e 5 anos) e Ensino Fundamental poderá ser realizado logo após a matrícula.

Para a realização da transferência opcional é necessário que os Pais ou Responsável Legal:

- Solicite junto a Secretaria de Educação, colocando a preferência por outro Núcleo, podendo ser um ou mais núcleos.
- Aguarde o comunicado de deferimento via mensagem no aplicativo Whatsapp, enviado para o número de telefone informado no momento da solicitação,
- Sendo dever dos responsáveis manter seus dados cadastrais atualizados.
- Os Pais ou Responsável Legal após serem comunicados, terão até dois dias úteis para efetivar nova matrícula com os documentos constantes no item 6 deste Edital. Perdendo o vínculo com a unidade escolar de destino e de origem, caso o prazo não seja cumprido.
- Compete ao Setor de Vagas, informar a transferência via e-mail para as unidades escolares, de origem e destino.
- Cabe à unidade escolar de destino, informar ao Setor de Vagas o não comparecimento da família, de preferência, através do mesmo e-mail onde foi informada a transferência.
- A ordem cronológica de solicitação de transferência será respeitada, considerando as prioridades, salvo em situações de necessidades específicas:
  1. Quando houver mudança de endereço - a distância do núcleo em que a criança está matriculada for superior a cinco quilômetros da residência atual da família.
  2. Quando houver sincronia entre pedidos, ou seja, houver a possibilidade de permuta direta entre duas crianças.
- O deferimento da transferência opcional ocorrerá somente se a criança

possuir 60% (sessenta por cento) de frequência da unidade de origem.

- É vedado transferir criança regularmente matriculada em unidade municipal para as instituições particulares conveniadas e habilitadas no processo de compra de vagas, salvo se por interesse público.
- Referente a troca de turno no período parcial (matutino/vespertino) dentro da mesma unidade, o pedido e a troca serão de responsabilidade da unidade escolar em que a criança se encontra matriculada, mediante disponibilidade de vaga. Cabe à própria unidade escolar registrar esses pedidos e atendê-los, sempre considerando as prioridades, e quando solicitado informar a posição na lista de espera de troca de turno do(a) aluno(a).

A efetivação da transferência, dar-se-á mediante:

- a) Apresentação da documentação na unidade escolar, dentro do prazo estabelecido, de acordo com o item 4 deste edital;
- b) Assinatura da Ficha de Matrícula pelos Pais ou Responsável Legal.
- c) As solicitações de transferência entre unidades escolares da rede municipal de ensino de Balneário Camboriú serão atendidas conforme a disponibilidade e observando os seguintes critérios:

Terá prioridade de atendimento, nos termos das leis:

- **Lei Federal nº 13.146, de 06 de julho de 2015**, a criança com atraso de desenvolvimento neuropsicomotor, deficiências e Transtorno de Espectro Autista - TEA.
- **Lei nº 13.882, de 08 de outubro de 2019** - crianças cuja mãe e/ou representante legal é vítima de casos de violência contra a mulher.
- **Lei Municipal nº 4.366, de 20 de dezembro de 2019** - crianças que estejam inseridas em serviços de acolhimento familiar ou institucional do Município de Balneário Camboriú;
- **Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990**, - Crianças em situação de risco (entende-se a condição de crianças que por suas circunstâncias de vida estão expostas a violências, ao uso de drogas e a um conjunto de experiências relacionadas às privações de ordem socioeconômicas).



- Famílias acompanhadas pelos serviços continuados do CRAS e CREAS de Balneário Camboriú. Mediante parecer técnico e/ou Relatório situacional emitido pela equipe que acompanha a família. Beneficiários do Programa Bolsa Família, BPC (Benefício de prestação continuada) e/ou programas de transferência de renda.
- **Pais ou responsáveis menores de 18 anos regularmente matriculados no Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos**, cuja comprovação dar-se-á pela apresentação de atestado de frequência atualizado.

A prioridade segue a ordem cronológica de inscrição e a vacância de vaga, em alternância as inscrições sem prioridades na proporção de 1:1.

Obs: As prioridades previstas devem ser comprovadas através de documentação emitida por profissionais e órgãos competentes.

## **6. DESISTÊNCIA DE MATRÍCULA OU ABANDONO**

### **6.1.1. Educação Infantil (Creche - 0 a 3 anos)**

- Caso a família não tenha mais interesse na matrícula, os Pais ou Responsável Legal das crianças matriculadas no Berçário I, Berçário II, Maternal I ou Maternal II, deverão preencher, na unidade escolar ou na Secretaria de Educação, o termo de desistência da vaga .
- Considera-se abandono, a criança que deixar de frequentar por 30 dias corridos perdendo o vínculo com a unidade escolar.

Obs: Para crianças de 0 a 3 anos, que não estão em idade obrigatória, poderá ser concedido ausência por período de no máximo 30 (trinta) dias no mesmo ano, **desde que os Pais ou Responsável Legal assinem o termo de ausência**, caso contrário, considera-se abandono. O termo de ausência não pode ser utilizado na Pré-escola.

### **6.1.2. Educação infantil (Pré escola - 4 e 5 anos) e Ensino Fundamental**

- A inclusão no programa APOIA deve ser efetuada após a Unidade Escolar esgotar as possibilidades de reintegração da criança. Considera-se infrequência escolar 5 (cinco) dias consecutivos ou 7 (sete) dias alternados.

## **7. DA COMPOSIÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE TURMAS**

### **7.1. Educação Infantil (Creche e Pré Escola)**

O número de vagas por turma será definido conforme Resolução específica do Conselho Municipal de Educação – CONSEME, considerando a realidade de cada Núcleo de Educação Infantil e das Unidades Escolares conveniadas, em consonância com a Lei Federal nº 12.796, de 04 de abril de 2013.

### **7.2. Ensino Fundamental**

A composição das turmas seguirá o disposto no Art. 5º da Resolução nº 02/2017 do CONSEME, observadas as disposições do Art. 4º, incisos I e X, da Lei nº 9.394/1996, do Art. 4º da Lei nº 12.796/2013 e do Art. 53 da Lei nº 13.845/2019. Em caráter excepcional, poderão ser autorizadas composições diferenciadas em função de justificativas pedagógicas, do número de estudantes público-alvo da Educação Especial ou de condições temporárias que reduzam a capacidade da turma.

Nessas situações, a unidade escolar deverá encaminhar solicitação fundamentada à Secretaria Municipal de Educação, por meio do Departamento de Desenvolvimento Educacional, responsável pela análise e deliberação e registrar a informação formalmente junto ao setor de vagas. Somente após deliberação e aprovação poderá ser reduzida a capacidade, e permanecerá apenas enquanto a situação analisada ocorrer, quando o fato gerador se encerrar a capacidade deverá retornar ao número original.

## **8. DA DIVULGAÇÃO**

A Secretaria Municipal de Educação e as Unidades Escolares são responsáveis pela divulgação do período de matrícula de acordo com o Calendário Escolar da rede pública municipal de ensino de Balneário Camboriú.

## **9. DISPOSIÇÕES GERAIS**

- A Unidade Escolar deverá, a partir do ato de matrícula, assegurar à comunidade escolar acesso ao regimento interno e ao Projeto Político Pedagógico.
- A matrícula e frequência às aulas não poderá ser vinculada à exigência de qualquer tipo de cobrança financeira ou imposição de condições de troca ou vantagem.
- A atualização de dados no sistema, é de atribuição da equipe gestora, mediante conferência de documentação.
- A troca de turno somente ocorrerá, mediante solicitação dos pais ou responsável legal do aluno na própria Unidade Escolar e será atendida mediante a existência de vaga, considerando as prioridades citadas no item 5.
- A Secretaria Municipal de Educação, em caso de suspeita ou denúncia, fará revisão das matrículas que não obedecerem aos critérios estabelecidos neste edital, promovendo, se necessário, ações administrativas e/ou judiciais.
- Os casos omissos serão resolvidos pela Equipe Administrativa, pela Secretaria Municipal de Educação, representada pelo Setor de Vagas e Departamento de Educação Especial.
- Este Edital entra em vigor na presente data e revoga o Edital 11/2024, Instrução Normativa 12/2024 e a Instrução Normativa 13/2024.

Balneário Camboriú, 24 de outubro de 2025.

---

**ADMINISTRADOR LEANDRO ARTHUR RODRIGUES DA SILVA**  
Secretário Municipal Interino de Educação

## ANEXO I

Tabela de parâmetros para organização das turmas  
Ano Letivo de 2026

	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	
2020				JARDIM II									2020
2021	JARDIM II			JARDIM I									2021
2022	JARDIM I			MATERNAL II									2022
2023	MATERNAL II			MATERNAL I									2023
2024	MATERNAL I			BERÇÁRIO II									2024
2025	BERÇÁRIO II			BERÇÁRIO I									2025
2026	BERÇÁRIO I												2026

### Observações para utilização da tabela:

Localizar o ANO e o MÊS de nascimento da criança;

A COR encontrada informa em qual turma a criança deve ser matriculada;

A tabela respeita a data de corte de 31 de março.

## ANEXO II

Balneário Camboriú, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Prezados pais e/ou responsáveis,

A Secretaria Municipal de Educação, por meio da Unidade Escolar, declara neste ato:

- ( ) ter recebido a declaração vacinal de forma incompleta  
( ) não ter recebido a declaração vacinal

Aluno(a): \_\_\_\_\_  
Matriculado na unidade de ensino \_\_\_\_\_ turma \_\_\_\_\_,  
o que não impede o acesso à Educação e consequente matrícula.

Contudo, conforme exigência do Supremo Tribunal Federal, no âmbito da ADPF n. 1.123, que suspendeu os efeitos dos decretos municipais que dispensam a exigência da vacina contra a Covid-19 para a matrícula e rematrícula na Rede Pública de Ensino, concede o **prazo de 30 dias para a regularização** da caderneta vacinal para fins de atendimento do Programa Nacional de Imunização (PNI). Informamos que a partir de 1º de janeiro de 2024, a vacina pediátrica da Covid-19 integra o Calendário Nacional de Vacinação, sendo obrigatória a sua aplicação. Sendo obrigatória a vacinação em casos recomendados pelas autoridades sanitárias, contamos com vossa colaboração.

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
Pais/ Responsável Legal

\_\_\_\_\_  
Responsável unidade escolar

### ANEXO III

#### DECLARAÇÃO DO HORÁRIO DE TRABALHO

Declaramos para os devidos fins que \_\_\_\_\_ é  
funcionário desta empresa, cumprindo de segunda a sexta-feira, a jornada de trabalho  
das \_\_\_\_\_ horas  
às \_\_\_\_\_ horas, com Intervalo para  
almoço das \_\_\_\_\_ horas às \_\_\_\_\_ horas.

Autorizamos ainda, a Secretaria de Educação a certificar as informações acima.

**(Este documento deverá ser registrado em cartório)**

Local e data: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

Assinatura do Declarante

#### ANEXO IV

#### DECLARAÇÃO DO HORÁRIO DE TRABALHO E DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE E RENDA

(Autônomo, Profissional Liberal, Trabalhador Informal ou Eventual, Sócio Majoritário)

Eu, \_\_\_\_\_, portador (a) da  
cédula de identidade RG nº \_\_\_\_\_ e inscrito(a) no  
CPF sob nº \_\_\_\_\_, declaro que  
minha jornada de trabalho é das \_\_\_\_\_ horas às \_\_\_\_\_ horas (\_\_\_\_\_ dias por  
semana), declaro ainda sob responsabilidade, que obtive renda média nos últimos três  
meses, no valor mensal de R\$ (\_\_\_\_\_), declarada no cadastro on-line de pré  
matrícula.

Tal renda é oriunda de ganhos obtidos com meu trabalho, no desempenho da (s)  
atividade(s) de, \_\_\_\_\_  
nos \_\_\_\_\_ seguintes \_\_\_\_\_ locais:

---

---

---

Declaro ainda a inteira responsabilidade pelas informações contidas neste instrumento,  
estando ciente de que a omissão ou a apresentação de informações e/ou documentos  
falsos ou divergentes poderão implicar nas medidas administrativas cabíveis. Autorizo a  
Secretaria de Educação a certificar as informações acima.

(Este documento deverá ser registrado em cartório)

Local e data: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202\_\_

## ANEXO V

TABELA DE EQUIVALÊNCIA PARA EL RECONHECIMENTO DE CERTIFICADOS, TÍTULOS E ESTUDOS DE NÍVEL PRIMÁRIO/BÁSICO/FUNDAMENTAL E MÉDIO/SECUNDÁRIO NÃO TÉCNICO

ANOS	ARGENTINA			BRASIL		PARAGUAI		URUGUAI	BOLÍVIA	CHILE	VENEZUELA	EQUADOR	COLÔMBIA	PERU
	Lei Federal de Educação Nº 24195	Lei Nacional de Educação Nº 26206		Lei Nº 9394/96	Lei Nº 9394/96 Modif. por Leis Nº 11114/05 y 11274/06	Lei Geral de Educ. Nº 1264/98		Lei de Educ. Nº 18437/08	Lei de Ref. Educ. Nº 1565/95	Lei Nº 18962	Lei Orgânica de Educação Goceto Oficial Extraordinário Nº 5929 (data 15-08-09)	Lei Nº 127 R.O. 484 03/05/83		
		6 e 6 anos	7 e 5 anos	E.F. - 8 anos	E.F. - 9 anos						6 e 5 anos			
17	3ª. série Polimodal	6ª. série de Educ. Secundária	5ª. série de Educ. Secundária	3ª Médio	3ª Médio	3ª Educação Média	6ª Bacharelado	6ª C. Bacharelado	4ª Ensino Secundário	4ª de Ensino Médio		3ª Educação Média (Bacharelado Diversificado)		
16	2ª. série Polimodal	5ª. série de Educ. Secundária	4ª. série de Educ. Secundária	2ª Médio	2ª Médio	2ª Educação Média	5ª Bacharelado	5ª C. Bacharelado	3ª Ensino Secundário	3ª de Ensino Médio	5ª. Série de Educação Média Geral	2ª Educação Média (Bacharelado Diversificado)	11ª. série de Educação Média	5ª. série de Educação Secundaria
15	1ª. série Polimodal	4ª. série de Educ. Secundária	3ª. série de Educ. Secundária	1ª Médio	1ª Médio	1ª Educação Média	4ª Bacharelado	4ª C. Bacharelado	2ª Ensino Secundário	2ª de Ensino Médio	4ª. Série de Educação Média Geral	1ª Educação Média (Bacharelado Diversificado)	10ª. série de Educação Média	4ª. série de Educação Secundaria
14	9ª. série EGB 3	3ª. série de Educ. Secundária	2ª. série de Educ. Secundária		9ª Ens. Fund.	9ª E.E.B.	3ª Ciclo Básico	3ª C. Básico	1ª Ensino Secundário	1ª de Ensino Médio	3ª. Série de Educação Média Geral	10ª Educação Básica	9ª. série de Educação Básica Secundaria	3ª. série de Educação Secundaria
13	8ª. série EGB 3	2ª. série de Educ. Secundária	1ª. série de Educ. Secundária	8ª Ens. Fund. (14 anos)	8ª Ens. Fund.	8ª E.E.B.	2ª Ciclo Básico	2ª C. Básico	8ª Ensino Primário	8ª de Ensino Básico	2ª. Série de Educação Média Geral	9ª Educação Básica	8ª. série de Educação Básica Secundaria	2ª. série de Educação Secundaria
12	7ª. série EGB 3	1ª. série de Educ. Secundária	7ª. série Educ. Primária	7ª Ens. Fund. (13 anos)	7ª Ens. Fund.	7ª E.E.B.	1ª Ciclo Básico	1ª C. Básico	7ª Ensino Primário	7ª de Ensino Básico	1ª. Série de Educação Média Geral	8ª Educação Básica	7ª. série de Educação Básica Secundaria	1ª. série de Educação Secundaria
11	6ª. série EGB 2	6ª. série Educ. Primária	6ª. série Educ. Primária	6ª Ens. Fund. (12 anos)	6ª Ens. Fund.	6ª E.E.B.	6ª Primário	6ª Primário	6ª Ensino Primário	6ª de Ensino Básico	6ª. série Educação Primária	7ª Educação Básica	6ª. série de Educação Básica Secundaria	6ª. série de Educação Primária
10	5ª. série EGB 2	5ª. série Educ. Primária	5ª. série Educ. Primária	5ª Ens. Fund. (11 anos)	5ª Ens. Fund.	5ª E.E.B.	5ª Primário	5ª Primário	5ª Ensino Primário	5ª de Ensino Básico	5ª. série Educação Primária	6ª Primário Básico	5ª. série de Educação Básica Primaria	5ª. série de Educação Primária
9	4ª. série EGB 2	4ª. série Educ. Primária	4ª. série Educ. Primária	4ª Ens. Fund. (10 anos)	4ª Ens. Fund.	4ª E.E.B.	4ª Primário	4ª Primário	4ª Ensino Primário	4ª de Ensino Básico	4ª. série Educação Primária	5ª Primário Básico	4ª. série de Educação Básica Primaria	4ª. série de Educação Primária
8	3ª. série EGB 1	3ª. série Educ. Primária	3ª. série Educ. Primária	3ª Ens. Fund. (9 anos)	3ª Ens. Fund.	3ª E.E.B.	3ª Primário	3ª Primário	3ª Ensino Primário	3ª de Ensino Básico	3ª. série Educação Primária	4ª Primário Básico	3ª. série de Educação Básica Primaria	3ª. série de Educação Primária
7	2ª. série EGB 1	2ª. série Educ. Primária	2ª. série Educ. Primária	2ª Ens. Fund. (8 anos)	2ª Ens. Fund.	2ª E.E.B.	2ª Primário	2ª Primário	2ª Ensino Primário	2ª de Ensino Básico	2ª. série Educação Primária	3ª Primário Básico	2ª. série de Educação Básica Primaria	2ª. série de Educação Primária
6	1ª. série EGB 1	1ª. série Educ. Primária	1ª. série Educ. Primária	1ª Ens. Fund. (7 anos)	1ª Ens. Fund.	1ª E.E.B.	1ª Primário	1ª Primário	1ª Ensino Primário	1ª de Ensino Básico	1ª. série Educação Primária	2ª Primário Básico	1ª. série de Educação Básica Primaria	1ª. série de Educação Primária

Nota: No Brasil nas leis 11114/05 e 11274/06 o Ensino Fundamental constava de 8 anos letivos, com matrícula obrigatória a partir dos 7 anos de idade, sendo que a classificação na série subsequente, no período de transição do regime da Lei anterior para a nova Lei, depende da avaliação da aprendizagem para os fins da reclassificação.

Fonte: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/d10092.ht](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d10092.ht)